

SOBRE A COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO CAPIXABA

Nara Saletto

Tenho encontrado com frequência a afirmação de que 70% (ou 60%, em alguns casos) da população capixaba descende de imigrantes italianos chegados ao Espírito Santo nas últimas décadas do século XIX. Essa estimativa é repetida como um dado estabelecido, sem qualquer informação sobre sua origem, as fontes em que se baseia ou a metodologia utilizada. Ela surgiu num momento em que a sociedade capixaba passou a valorizar a imigração estrangeira na sua formação e as origens imigrantes de tantos de seus membros, outrora menosprezadas. Trata-se de uma mudança cultural que muito me alegra, como historiadora, consciente do papel relevante que o movimento migratório teve em nossa história. A ele, aliás, dediquei parte de minhas pesquisas.¹

Porém, aquela estimativa, repetida isoladamente, sem explicações e sem referência aos outros grupos formadores da população com os quais os descendentes de imigrantes se misturaram, tende a confundir mais do que a esclarecer sobre a sociedade capixaba. Não tenho a intenção de discutir aquela percentagem, nem teria meios para avaliá-la, porém achei oportuno abordar a questão da formação da população capixaba, embora não me aprofunde no tema, que não é de minha especialidade. Parti do início da colonização,

1 SALETTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1996. _____. *Trabalhadores nacionais e imigrantes na formação do mercado de trabalho do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1996.

procurando acompanhar, na medida em que os dados disponíveis o permitiam, a contribuição dos índios, dos africanos e dos imigrantes europeus do século XIX no processo de formação da população capixaba ao longo dos 500 anos de nossa história.

Logo ressalta a importância da contribuição dos indígenas, que, no entanto, foram tradicionalmente banidos da história do Brasil, por todas as correntes historiográficas que se sucederam até recentemente; quando muito, limitaram-se a denunciar o genocídio de que os índios foram vítimas ... e encontraram nele um motivo para a exclusão. Nos últimos anos a situação se alterou, com a atuação de alguns historiadores e antropólogos que têm produzido trabalhos de alto nível, incluindo os indígenas na história do País.² No Espírito Santo não temos nada equivalente e precisamos garimpar informações sobre os índios na correspondência dos jesuítas e nos cronistas e visitantes do período colonial. Para as épocas mais recentes começam a ser realizadas pesquisas promissoras.

Embora tenham sido dizimados pelas doenças trazidas pelos europeus e pela violência, os índios constituíram a grande maioria da população da capitania nos dois primeiros séculos de sua história. Foram eles que realizaram praticamente todo o trabalho nos primeiros tempos: nas roças, nos engenhos, no transporte, nas atividades domésticas... Foram eles ainda os guias dos portugueses nas expedições ao “sertão”, os guerreiros nos combates contra os invasores europeus e contra os índios inimigos. O pequeno contingente de colonos que aqui se fixou só sobreviveu graças ao trabalho dos índios; trabalho livre inicialmente, sob a forma de escambo, executado em troca dos preciosos produtos trazidos pelos europeus: instrumentos de trabalho, como machados, facas, anzóis, e objetos de adorno. Mas logo foi introduzida a escravidão, pois quando os jesuítas se instalaram, em 1551, já encontraram “grandíssima multidão” de escravos.³

A escravidão indígena, sobre a qual a historiografia passava rapidamente, considerando-a uma experiência fracassada, na realidade assegurou o trabalho no Brasil até a metade do século XVII. Os escravos africanos começaram a chegar em meados do século anterior, mas seu preço era muito mais elevado,

2 Entre eles, MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, no qual o autor faz uma profunda revisão da história de São Paulo colonial e do mito dos bandeirantes.

3 LEITE, Serafim (Org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1954. p. 272.

de modo que só progressivamente, à medida que os engenhos se capitalizavam, eles foram substituindo os índios, sobretudo nas regiões açucareiras mais prósperas: Pernambuco e Bahia. Nesta última, os africanos se tornaram majoritários nos engenhos nas primeiras décadas do século XVII, mas os escravos indígenas permaneceram por mais algum tempo.⁴ Nas regiões mais pobres e nas atividades não ligadas à exportação, a transição se deu mais lentamente, como foi o caso do planalto paulista, cuja economia era voltada para o mercado interno, e tudo indica que também o do Espírito Santo, onde os índios eram abundantes, realizaram-se numerosas “entradas” ao “sertão” e a produção do açúcar declinou.

Além dos escravos, a população indígena incluía os habitantes das aldeias dirigidas pelos jesuítas e mais algumas outras, de índios aliados ou submetidos aos portugueses. O aldeamento começou na década de 1550, com a aldeia da Conceição (na Serra), formada por índios vindos do Rio de Janeiro, aliados dos portugueses; a ela seguiu-se a de São João (em Carapina), e prosseguiu como resultado de expedições militares promovidas pelo governo da capitania e, sobretudo, pela ação dos jesuítas que realizaram um intenso trabalho missionário até as primeiras décadas do século XVII, trazendo milhares de índios do “sertão” e catequizando-os nas missões.⁵ Assim surgiram Guarapari, Reritiba e Reis Magos. Na década de 1580, quando esse trabalho estava ainda no início, havia na capitania, segundo Anchieta, “mais de 150 vizinhos portugueses” e cerca de 4.500 índios apenas nas aldeias dos jesuítas, fora os escravos e os livres em contato com os brancos.⁶ Embora nas aldeias fosse elevada a mortalidade e freqüentes as fugas, nelas formou-se uma numerosa população de indígenas cristianizados que, à medida que as aldeias desapareciam, integrava-se à população pobre da capitania. Reritiba e Reis Magos permaneceram como aldeamentos jesuíticos até a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em 1759.

4 SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

5 SALETTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

6 ANCHIETA, José de. Informação da Província do Brasil – 1585. In: LEITE, Serafim (Org.). *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 426.

A importância dessas aldeias para o povoamento do Espírito Santo é evidenciada pelo fato de que, ao final do século XVIII, havia apenas cinco vilas na capitania e três delas eram originárias de aldeamentos dos jesuítas: Guarapari, Benevente (Reritiba) e Nova Almeida (Reis Magos), sendo que as duas últimas mantiveram essa condição até muito recentemente. Além delas havia apenas Vitória e Vila Velha (Espírito Santo). Um censo realizado por essa época (1789) não discriminou os índios no conjunto da população, mas seus dados indicam que eles constituíam grande parte, talvez majoritária, da população livre, pois Benevente e Nova Almeida, habitadas principalmente por eles, somavam 5.729 habitantes livres, enquanto Vitória, Vila Velha e Guarapari tinham juntas 4.930, e incluíam antigas aldeias, portanto, uma população indígena remanescente.⁷

A partir dessa época, foi retomada a política de aldeamento e “descida” de índios do “sertão”, mas sem o mesmo sucesso dos jesuítas. Em 1824, segundo um censo provincial, eles constituíam 16% da população total e 26% da população livre.⁸ Em 1856, a proporção havia caído para 12% e 24%, respectivamente. A expansão do café já começara a atrair um numeroso contingente de migrantes de outras províncias, principalmente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, bem como grande quantidade de escravos africanos, e começavam a chegar os imigrantes estrangeiros, sem que houvesse uma correspondente introdução de indígenas, o que fez cair a proporção destes na população. No primeiro recenseamento de âmbito nacional, realizado em 1872, eles representavam 9,3% da população livre, e apenas 6,7% da população total, o que constituía um índice mais elevado que a média do Brasil - 4,6 - e do Sudeste - 4,2.

Porém, a presença dos indígenas na população capixaba não pode ser avaliada apenas pela quantidade de índios recenseados, pois a miscigenação foi intensa. Nos primeiros tempos, as índias foram as mulheres dos colonos portugueses. Eram cedidas a eles pelos indígenas aliados a fim de estabelecer relações de parentesco que cimentariam a aliança, segundo os padrões de sua organização social. Quando escravas, eram exploradas sexualmente pelos senhores. Tornaram-se concubinas de colonos que com elas formaram famílias,

7 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do estado do Espírito Santo*. Vitória: [s.n.], 1975. p. 222 et seq.
8 VASCONCELOS, Acioli de. Memória In: OLIVEIRA, op. cit, p. 311, nota 7.

numa época em que eram raras as mulheres européias. Assim, elas se tornaram mães de numerosa prole de mestiços, os mamelucos. A miscigenação prosseguiu ao longo do tempo, e quando os mestiços eram integrados às famílias de seus pais deixavam de ser considerados índios.

As recentes pesquisas genéticas sobre as origens dos brasileiros brancos realizadas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁹ não deixam qualquer dúvida a esse respeito: um terço (33%) dos brasileiros brancos da amostragem tem pelo menos uma ancestral índia, enquanto os ancestrais masculinos encontrados são quase exclusivamente europeus. Certamente não se pode simplesmente transpor esses dados para o Espírito Santo, mas, considerando-se que aqui foi muito forte a presença indígena no período colonial, e também que, mesmo no sul do País, onde a imigração européia foi mais intensa que no Espírito Santo, a proporção de ancestrais índias encontrada entre os brancos foi de 24%, podemos supor que os capixabas não se afastam muito do padrão brasileiro.

A partir de 1621, o Espírito Santo teria começado a importar escravos diretamente da África, segundo Basílio Daemon.¹⁰ Antes disso certamente houve escravos africanos na capitania, mas eles não devem ter sido numerosos. Os jesuítas não mencionam sua presença no século XVI, inclusive Anchieta, nos dois textos de “Informação” sobre o Brasil, que escreveu em 1584 e 1585, nos quais apresenta estimativas sobre a população existente nas capitanias, enfatiza a presença de africanos em Pernambuco e na Bahia e menciona sua existência em outras capitanias, não no Espírito Santo, onde havia “quatro ou cinco engenhos [...] com índios”.¹¹ Isso não é suficiente para que possamos concluir pela inexistência de africanos, sem dúvida, mas indica que sua presença não foi significativa até aquela época.¹² Na virada do século, a capitania iniciou uma fase de prosperidade com a expansão da produção de

9 PENA, Sérgio Pena et al. Retrato molecular do Brasil. *Ciência Hoje*, [S.L.], n. 159, p. 17-25, abr. 2000.

10 DAEMON, Basílio C. *Província do Espírito Santo*. Vitória, 1879. p. 107.

11 ANCHIETA, José de. *Informação do Brasil e de suas capitanias*. In: LEITE, op. cit., p. 327.

12 O desconhecimento da importância da escravidão indígena tem levado muitos autores a interpretar nos textos da época colonial a menção a escravos como necessariamente africanos, o que não corresponde à realidade. Quando os autores queriam distinguir, usavam as expressões escravo da Guiné e escravo da terra. Podiam também referir-se aos índios como negros da terra ou simplesmente negros, o que só faz aumentar a confusão de nossos contemporâneos.

açúcar e do comércio externo. Novos engenhos foram instalados, alguns deles de mercadores ibéricos, cristãos-novos, que investiram no Espírito Santo. Neles deve ter começado a transição da escravidão indígena para a africana, na qual se insere a importação direta a partir de 1621. Mas não se pode esquecer que se tratava de um pequeno número de engenhos suficientemente capitalizados para poderem adquirir os caros escravos africanos; a maior parte da população da capitania não teria recursos para isso, e de resto, nessa mesma época multiplicaram-se as “entradas” para o “sertão” e estas, mesmo quando destinadas à procura de riquezas minerais, jamais desdenhavam de escravizar índios.

O fim do Domínio Espanhol, em 1640, atingiu a economia da capitania, pois vários cristãos-novos que participavam de seu comércio ou nela tinham engenhos foram acusados de conspiração a favor da Espanha e condenados ao confisco dos bens,¹³ o que desorganizou a produção e os circuitos comerciais nos quais o Espírito Santo fora envolvido. A isso seguiu-se a crise do açúcar no mercado mundial e o fim da fase de prosperidade que incentivava a importação de africanos.

No entanto, durante a segunda metade do século XVII, a escravidão indígena declinou no Brasil, completando-se a transição para a africana. Não temos nenhuma informação que permita balizar esse processo no Espírito Santo, nem qualquer censo da população até o final do século XVIII. Esse período é apresentado pela historiografia como de decadência e empobrecimento. Porém, no censo de 1789, os escravos – então seguramente africanos – constituíam quase 40% da população. Embora os recenseamentos dessa época fossem muito imperfeitos, não se pode duvidar da existência de um importante contingente de cativos, desproporcional à atividade econômica conhecida, o que mostra a necessidade de realizar novas pesquisas sobre esse período, talvez o menos conhecido da história capixaba.

No final do século, teve início uma nova conjuntura favorável para o açúcar no mercado mundial e sua produção tornou a se desenvolver, conquistando uma nova área, o baixo Itapemirim. Um censo de 1824 registra a existência de 35 mil habitantes na província, dos quais 13 mil (37%) eram

13 SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar*. Vitória: DEC/UFES, 1994.

escravos. Após 1830, o tráfico de africanos tornou-se ilegal no País, devido à pressão da Inglaterra, mas o governo pouco fez para impedi-lo, e a importação de cativos cresceu acentuadamente até 1850, quando se tornou impossível resistir aos ingleses e o governo imperial efetivamente aboliu o tráfico. Durante esse período, os portos do Espírito Santo foram conhecidos locais de contrabando de cativos, que abasteceram principalmente o sul, onde se iniciava a expansão do café, que também atraía mineiros e fluminenses, trazendo seus escravos, de modo que o número destes quase dobrou até 1856.¹⁴

Nem mesmo a extinção do tráfico impediu que novamente o número de cativos quase dobrasse até 1872,¹⁵ graças à expansão cafeeira e à importação de escravos de outras províncias. O Espírito Santo era a segunda província com a maior proporção de escravos na população – 1 para 2,6 livres –, ultrapassada apenas pelo Rio de Janeiro, com 1,6, enquanto a média nacional era de 5,5 habitantes livres por escravo. Eles se concentravam principalmente no sul, a região mais próspera, das grandes fazendas de café, onde constituíam 40% da população (em Cachoeiro de Itapemirim, 50%). O sul reunia quase metade dos cativos da província (45%). Porém a escravidão já entrara em declínio – a “Lei do Ventre Livre” fora promulgada no ano anterior – e a quantidade de escravos logo começaria a cair no conjunto do País.

Ao longo do tempo, a mestiçagem e as alforrias e fugas haviam dado origem a uma população negra e mestiça livre mais numerosa que a branca; segundo o recenseamento de 1872, 46% dos livres eram pretos e pardos contra 45% brancos.

Após essa data, o número de pretos manteve-se estável na população total até 1890, já abolida a escravidão, mas houve um deslocamento deles em direção ao sul, onde seu número teve um aumento de 44% (de 6.263 para 9.033), enquanto nas demais regiões caía 21% (de 16.382 para 12.855). O recenseamento nacional de 1890 foi o último a registrar a cor por um período de 50 anos, ao fim do qual a concentração de pretos na região sul havia se elevado, passando de 41% a 44% do total de pretos do Estado (recenseamento de 1940).

14 Relatório do Barão de Itapemirim, vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentado à Assembléia Provincial em 1857.

15 Recenseamento da População do Império do Brasil – 1872.

O censo de 1890 mostra um acentuado aumento da quantidade de pardos (de 75%), em decorrência – além do crescimento vegetativo e da miscigenação – de uma importante migração originária dos estados vizinhos, atraída pelas terras desocupadas do Espírito Santo, bem como de nordestinos expulsos de sua terra pela seca. Porém, essa proporção no conjunto da população aumentou pouco (dois pontos percentuais) em razão da mais que proporcional elevação do número de brancos (115%), impulsionada pela imigração estrangeira.

Até então haviam entrado cerca de 20 mil imigrantes no Espírito Santo, mais de 17 mil dos quais, entre os dois censos. Na década seguinte, a imigração de massa atingiu seu auge, com a entrada de pouco mais de 20 mil imigrantes, o que correspondia a quase 15% da população em 1890. Somando-se aos migrantes internos, já mencionados, impulsionaram um aumento acentuado da população capixaba, que passou de 136 mil a 210 mil, crescendo 54%.

A imigração estrangeira massiva cessou, mas não o fluxo migratório interno, atraído pela fronteira agrícola. Em 1940, numa população de 739 mil habitantes, os naturais de outros estados eram 106 mil, 14% do total. Lamentavelmente, o censo de 1900, que deveria contar os estrangeiros logo após o final da imigração de massa, foi incompleto; só vamos encontrar um registro confiável da presença deles duas décadas mais tarde, em 1920, quando constituíam 4,1% da população do estado, índice muito inferior ao de São Paulo, 18%, do Paraná, 9%, do Rio Grande do Sul, 7%, e próximo ao de Santa Catarina, 4,6%, porém maior que o de todas as outras unidades da federação.

O censo de 1940 revela um forte “branqueamento” da população capixaba, no qual a notável reprodução dos imigrantes estrangeiros teve um papel relevante, que ainda não podemos avaliar com alguma precisão. Sobre os alemães temos estudos sérios, iniciados em 1913 pelo cientista Ernst Wagemann,¹⁶ revistos nos anos 30 por representantes de uma comissão de cientistas alemães enviados para tal fim ao Espírito Santo,¹⁷ e completados em 1961 pelo geógrafo francês Jean Roche.¹⁸ Essas pesquisas, baseadas

16 WAGEMANN, Ernst. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949.

17 GIENSA, Gustav; NAUCK, Ernst. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo. *Boletim Geográfico*, [S.l.], ano VIII, n. 88, 1950.

18 ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

principalmente nos assentamentos dos pastores evangélicos e facilitadas pelo isolamento das colônias germânicas, indicam que os alemães aqui chegados, em número inferior a 5 mil, teriam dado origem a uma população teuto-brasileira de cerca de 30 mil pessoas em 1935 – o que correspondia a quase 4% da população total no censo de 1940 –, e a cerca de 70 mil em 1961 – aproximadamente 5% da população, segundo o censo de 1960. Sobre os italianos, que constituíram a imensa maioria dos imigrantes (76%), não temos fontes equivalentes, e sua dispersão no território e integração à sociedade local tornam ainda mais difícil a realização de estudos demográficos desse tipo. Há, porém, a estimativa de 70% da população atual.

Contudo, se o “branqueamento” provocado pela imigração estrangeira é um fato, não se pode esquecer que o Espírito Santo manteve, desde 1872 até 1950, segundo todos os censos que registraram a cor, uma proporção de “não-brancos” na população ligeiramente mais elevada do que a do Brasil como um todo, e muito mais alta do que a da região formada pela então Capital Federal, por São Paulo e os estados do sul, como se vê na Tabela abaixo.

TABELA I
PROPORÇÃO DE NÃO-BRANCOS NA POPULAÇÃO
(EM %)

	1872	1890	1940	1950	1960*
BRASIL	61,9	56,0	35,8	37,5	-
DE, SP, SUL	48,7	38,2	16,3	15,8	-
E. SANTO	67,6	57,9	38,4	41,3	39,1
R. JANEIRO	61,3	57,0	39,9	39,8	-
M. GERAIS	59,3	59,4	38,6	41,4	-

* Em 1960, a cor só foi registrada em alguns estados.

Fontes: Recenseamentos Nacionais e HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Esses dados mostram claramente a forte presença dos negros na formação do povo capixaba. A discriminação que sofreram os empurrou para posições subalternas na sociedade, mas não os excluiu, nem impediu a miscigenação com outros grupos étnicos, inclusive com descendentes de imigrantes europeus. Sob esse aspecto, portanto, o Espírito Santo não aparece como excepcional no Brasil; não está entre os estados onde a presença negra foi mais forte, como a Bahia, cuja proporção de não-brancos se manteve na faixa dos 70% ao longo de todo esse período, e a maioria dos estados nordestinos, que apresentavam, em 1950, proporções entre 50 e 70%, nem entre aqueles em que foi restrita, como no sul. Assemelha-se aos dois estados vizinhos, que lhe forneceram incontáveis migrantes: Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Diferentemente do que neles ocorreu, porém, no Espírito Santo a imigração estrangeira teve um forte peso, e os imigrantes eram predominantemente de tipo claro e cabelos louros, da Europa Central e do norte da Itália. Aí, sim, estaria uma especificidade capixaba: um povo com forte herança africana, no qual a presença dos imigrantes louros foi muito mais marcante do que nos outros estados nos quais os descendentes de africanos são numerosos, inclusive Minas e o Rio de Janeiro na sua configuração atual, englobando o antigo Distrito Federal, pois nessa cidade a numerosa imigração estrangeira foi principalmente ibérica, sobretudo portuguesa.

Em 1980, o recenseamento nacional voltou a registrar a cor, o que nos permite investigar se houve alguma alteração significativa na composição étnica da população. O que ele nos mostra é que a proporção de não-brancos na população capixaba voltara a crescer moderadamente, atingindo 45,6%, e que o mesmo ocorrera no Brasil como um todo, onde chegara a 44,8%. Na realidade, o número de pretos caiu continuamente desde o século passado, o que aumentou foi a quantidade de pardos, graças à miscigenação.

Analisando a distribuição do grupo não-branco no Espírito Santo, vemos que se verificou uma concentração na região de Vitória, refletindo o processo de urbanização, que foi intenso no período 1960-1980, e o desenvolvimento acentuado da região. A Grande Vitória, que em 1960 possuía 14% da população do Estado, passara a concentrar 35% dela, distribuídos da seguinte maneira: 48,5% brancos, 6,8% pretos e 44,5% pardos. Os não-brancos representavam, portanto, mais da metade do total. A região reunia 1/3 dos pretos do Estado e quase a metade dos pardos (44,5%). A região sul, que tradicionalmente tivera a maior concentração de pretos, conservava 23% deles, mas, ao contrário do que ocorria na maior parte do Estado, sua população parda era pequena, correspondendo a 9% do total estadual. Na região de São

Mateus, sempre mencionada pela concentração de negros, os não-brancos correspondiam a 66,7% da população, mas, como essa população é pequena, eles representavam apenas 6% dos pretos e pardos do Estado.

O censo mostra também uma intensa imigração dos estados vizinhos: 16,5% da população nascera em outros estados, principalmente no Rio de Janeiro, Bahia e, mais do que tudo, em Minas Gerais, de onde eram originários 61% desses migrantes. Não se pense, porém, que o saldo migratório foi positivo para o Espírito Santo naquele período, pois desde 1950, pelo menos, o Estado enviava mais migrantes do que recebia.¹⁹

A conclusão que se impõe é que a alteração ocorrida nas últimas décadas não foi no sentido do “branqueamento”, mas sim no da miscigenação. As estimativas de elevadas proporções de descendentes de imigrantes europeus – de até 70% de italianos – na população capixaba só serão possíveis se uma parte significativa deles for simultaneamente descendente de africanos e/ou de portugueses e índios. O Espírito Santo é, sim, “um grande caldeirão racial”,²⁰ mas nele misturaram-se índios, negros e europeus de diversas origens, e não apenas os imigrantes do século passado, embora estes tenham desempenhado um papel de importância fundamental na história capixaba e realizado uma notável ascensão social, o que certamente aumenta sua visibilidade.

19 CELIN, Marilza Ferreira. *Migração interna no Espírito Santo (1940-1980)*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

20 MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo: encontro das raças*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.